

NOTÍCIAS AFRICANAS 52

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 21 A 27 DE MARÇO DE 1994

AOS ESTUDANTES
AFRICANOS

Os estudantes que não confirmaram sua permanência como tal no país em 1994 perderão direito à assinatura gratuita deste clipping a partir do número 54.

- Eleições adiadas na Guiné-Bissau 2
- Disarming 2
- Sobre a descolonização e de quem foram as culpas 3
- Votação no Natal em discussão 4
- "Já só falta um!" 5
- Ciskei já está sob controlo sul-africano 5
- The crumbling of South Africa's past 6
- Partilha do poder trava negociações 6
- Boers querem Pretória 7
- ANC lança acções no Natal 7
- Duelo de fogo na Baixa de Joanesburgo 7
- Cimeira adiada na África do Sul 8
- Frelimo define estratégia eleitoral 9
- Diálogo continua 8
- Privatizações em privado 10
- EUA insistem em outubro 10
- Nádia devastou o norte de Moçambique 10
- ANC quer estado de emergência 11
- Parlamento investiga corrupção 11
- Dirigente da Renamo quer governo de reconciliação 12
- Regresso ao passado à beira do Índico 13
- Minoria silenciosa 13-14

ÁFRICA DO SUL

Inkatha: etnicidade ou oportunismo?

Com a feroz repressão aos levantes de Soweto de 1976, o movimento anti-apartheid entrou em descenso. Cerca de 20 mil pessoas foram presos, incluindo grande número de adolescentes. Ao mesmo tempo, milhares de jovens saíam clandestinamente do país para engrossar as fileiras do ANC no exílio. Internamente, o regime exibiu a sua força sem contestação aparente.

É então que Buthelezi transforma o Inkatha de organização cultural zulu numa organização centralizada a serviço de seu projeto político. Ao rejeitar a independência que o governo de Pretória queria impor ao bantustão Kwazulu, do qual ele era o ministro-chefe, Buthelezi aparece como o opositor moderado preferido pelas capitais ocidentais. Ele era o homem que rejeitava o apartheid, esbravejava contra o "comunismo do ANC" e se posicionava contra as sanções ao regime sul-africano, argumentando que elas prejudicavam sobretudo os negros. O poder branco e seus aliados ocidentais haviam encontrado finalmente um líder "razoável", tanto mais que ele parecia representar a maior etnia do país (os zulus constituem cerca de 27,7% da população africana e os xhosas, 25,5%).

Então, surge a UDF. A Frente Democrática Unida, criada em 1983, engloba mais de 600 organizações e movimentos de base de todas as origens sociais, étnicas e religiosas. Ela se levanta contra a pseudo-reforma da Constituição de 1983, que, uma vez mais, exclui os negros do voto e concede aos asiáticos e *coloureds* (mestiços) uma pífia representação no parlamento e no governo.

O sucesso da UDF é fulgurante e propicia uma nova base interna ao ANC. Esse êxito atingiu também a província do Natal e o Inkatha começou a ser contestado cada vez mais pela juventude, cansada do uso do poder pelos velhos chefes, assentados sobre os benefícios corporativistas que a administração do bantustão Kwazulu lhes proporcionava. "A UDF venceu como uma organização lutando contra o apartheid, enquanto o Inkatha parecia ter o apoio do governo", afirmou ao *Le Monde* (31.3.94) um veterano jornalista branco, que acrescentou: "Buthelezi pagou caro por isso: milhares de militantes o abandonaram."

Com as *más maneiras* modernas aprendidas nas escolas e nas empresas das grandes cidades, os jovens zulus começaram a se rebelar e a filiar-se à UDF e ao ANC. Os chefes tradicionais do Inkatha reagiram, apoiados pelas forças de segurança do governo, que de pronto compreenderam o benefício de jogar lenha na fogueira. Começa a partir daí uma infundável série de complacências entre o regime do apartheid e o Inkatha - participação na matança de mili-

tantes do ANC (que no Natal são também zulus) e apoio financeiro para favoritismo político. Esses escândalos foram sendo denunciados pelo ANC e, recentemente, admitidos por De Klerk, que demitiu alguns dos altos escalões da polícia.

A história, contudo, não termina aqui. Os acontecimentos recentes mostram a força que produz a politização do fator étnico, instrumentalizado pela militarização do Inkatha e azeitado por um populismo pagante de vários benefícios. Essa força está se mostrando suficiente para atrasar e mesmo pôr em risco um processo de reconstrução nacional sofrido e pacientemente costurado como está sendo o sul-africano, sob a hegemonia dos dois maiores atores políticos do país: o ANC de Nelson Mandela e o Partido Nacional de De Klerk.

A militarização do Inkatha está sendo acelerada. Em poucos meses, notícia o *Le Monde*, cerca de cinco mil de seus militantes passaram pelos campos de treinamento de Port-Dunford e Hlongwane, no Kwazulu. E a recente atitude do ANC respondendo a bala à tentativa dos militantes do Inkatha de invadir sua sede, em Johannesburg, deve realimentar o conflito.

Parece-nos, contudo, que o mais forte apoio prestado ao Inkatha neste momento é a atitude do rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, apelando para a independência não só do Kwazulu como de toda a província do Natal. Embora tenha sido uma figura apagada, vivendo na sombra política do seu tio Buthelezi, ele mantém uma legitimidade de marca tradicional que se traduz em respeito da grande maioria dos zulus, mesmo dos que são adversários do Inkatha. Uma pesquisa recente noticiada por *The Economist* (2.4.94) indica que o rei é mais popular entre os zulus do Natal do que Mandela, Buthelezi ou o líder provincial do ANC, o zulu Jacob Zuma. Persiste, no entanto, a avaliação de que o ANC será vitorioso na província nas próximas eleições.

O discurso de Zwelithini, *restaurando* a independência dos zulus e fazendo reviver glórias passadas do "reino combatente" criado por Chaka no início do século passado, teve efeito. Relata *The Economist* que "podem ser vistas longas filas de zulus se filiando ao Inkatha".

Joe Slovo, velho e respeitado líder comunista e alto dirigente do ANC, afirmou recentemente que Buthelezi, num futuro próximo, não será mais do que "um simples mau cheiro da história." O Mais Velho branco deve ter suas razões mas, por enquanto, não estamos em condições de acompanhar seu raciocínio.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

Recenseamento adiado, eleições pelo mesmo caminho

O RECENSEAMENTO para as primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau foi ontem adiado "sine die", a menos de duas semanas da data anunciada para o escrutínio, reforçando a ideia geral de que ele não vai acontecer, pelo menos em 27 de Março.

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Alberto Baptista Lopes, declarou ontem, ainda, que o Presidente João Bernardo "Nino" Vieira terá de anunciar o mais brevemente possível o adiamento, por ser "tecnicamente impossível" realizar as eleições dia 27.

Mas quem decide é precisamente "Nino" Vieira e ele ainda não se pronunciou, provocando enorme expectativa quanto à possibilidade de fazer um anúncio súbito na rádio e na televisão, a comunicar o novo adiamento ou até a anunciar a repetição da experiência da vizinha Guiné-Conacri, onde outro general (Lansana Conté) optou por cumprir a data marcada mesmo sem recenseamento.

A suspensão do recenseamento seguiu-se a exigências nesse sentido da oposição, segundo a qual se estavam a verificar anomalias e irregularidades na distribuição de cartões de inscrição. O Fórum Democrático, estrutura que congrega os 11 partidos da oposição, acusou o PAJGC de manipular as eleições desde já, distribuindo cartões de recenseamento unicamente aos seus militantes e dizendo às pessoas que o recenseamento não é obrigatório.

PÚBLICO, 19.3.94

Surpreendente "kambamça"

"Sui generis", no seu processo de "kambamça" (mudança/salto) para a democracia, Bissau surpreende pelo que tem de bom e de mau. Primeiro dos PALOP's a enveredar pela liberalização económica e a cortar abertamente com o modelo de economia centralizada, aceitou e assumiu as implicações que esta mudança haveria de operar na governação monolítica que reinava. Conseguiu ainda nas duas décadas de independência manter o país à margem dos conflitos armados que devastam o empobrecido continente.

Cinco anos após a adopção do Programa de Ajustamento Estrutural, os resultados não são encorajadores. A população está mais carenciada, a inflação galopante deixa aos cidadãos cada vez menos poder de compra. O funcionário público não ganha hoje o suficiente nem para o abastecimento regular do arroz, cereal que nenhum guineense dispensa na sua dieta alimentar.

O PIB (Produto Interno Bruto) é inferior a 200 dólares 'per capita', quando a média nos PMA (países menos avançados), é de 230 dólares. A dívida externa tem vindo a aumentar, atingindo já 600 milhões de dólares. De acordo com os dados de organismos internacionais com sede em Bissau, o programa de investimento público conta com mais

Eleições adiadas na Guiné-Bissau

PÚBLICO, 23.3.94

O PRESIDENTE da Guiné-Bissau, João Bernardo (Nino) Vieira, adiou ontem as primeiras eleições multipartidárias no país, previstas para o próximo dia 27. A decisão já se esperava depois da suspensão do processo de recenseamento, na sequência de queixas de irregularidades por parte dos partidos da oposição e da Comissão Nacional de Eleições ter admitido que, por "impossibilidades técnicas", as eleições deveriam ser adiadas. Nino Vieira anunciou esperar que as eleições (legislativas e presidenciais) possam ter lugar em meados deste ano. ■

de 90 por cento de ajuda externa, concedida na maior parte dos casos como donativo.

Este rosário de cifras desconcertantes, podia continuar se se entrasse um pouco por áreas como a Educação, onde segundo dados da UNICEF a taxa da matrícula no ensino secundário é a mais baixa de toda a África, ou a Saúde, que regista uma taxa de mortalidade infantil das mais altas do mundo: 143 mortes por cada mil nascimentos em 1991.

como também é chamado sobretudo nos momentos de exaltação nacional — tem visto aumentar o número de participantes nos seus comícios no interior.

Ao som de tambores, flautas e música animada por malabaristas e dançarinos, o Presidente retoma sempre o "discurso da unidade", alertando que com ele a paz é possível e deixando implícita a mensagem de que se perder será o caos social e o desentendimento generalizado.

Em plena campanha eleitoral, "Nino" não descarta a importância das autoridades tradicionais e joga forte na reconquista dos régulos, ainda há bem pouco tempo marginalizados pelo seu próprio partido. Fazendo fé em fontes próximas do poder, os principais "Homens Grandes" e régulos prometeram vassalagem "ao chefe" para a sua eleição. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

"Nino" mais popular

É com este pano de fundo que se vê aumentar de novo a popularidade do Presidente "Nino" Vieira, o homem que governa o país há 13 anos. Contrariando, a tendência do seu partido, o PAJGC, "Nino" — ou Kabi,

Disarming

IT IS starting to happen. The first Renamo guerrillas to be demobilised were a motley crew. Teenagers and old men, they sported baseball caps and brightly coloured flares, and wore a variety of lucky charms round their necks. The rebels' leader, Afonso Dhlakama, who had flown into the Neves military base by helicopter to oversee the process, wore an expensive, dark grey suit. In a farewell speech, he told his men that he had deliberately chosen not to put on uniform, to make plain that in the new Mozambique the gun would be subordinate to the authority of civilian politicians.

Let's hope. Renamo's guerrillas, backed by South Africa, got a well-deserved reputation for savagery during the civil war. Mr Dhlakama praised them as freedom fighters who had brought democracy. Laden with buckets, blankets and bags of food, the men clambered on to waiting buses, waved their goodbyes and began the journey home.

The head of the UN peacekeeping mission, Aldo Ajello, calls Renamo's decision to start demobilising "the most significant moment in the peace process so far." Mr Dhlakama does not look like a man eager to go back to the bush. He has moved into a luxurious Maputo villa overlooking the sea. The Frelimo government too has started

THE ECONOMIST, 26.3.94

demobilising, pushed on by unrest and impatience in its large army. Its soldiers are fed up with delays and poor conditions, and desperate to get home. Mutinies have occurred in several Frelimo camps, prompting the government to discharge more than 1,400 men in the first seven days.

After much squabbling, a national electoral commission has been appointed, and has begun preparations for multi-party elections. Mr Ajello has tended to look on the bright side during the tortuous peace process, but his optimism now carries more conviction. He believes Mozambique will be ready, as due, for elections by October.

Many refugees have already shown their confidence: 800,000 have come home since the war ended, mostly from Malawi. Few waited for UN transport: they simply packed their bags and walked. Tete province's Angonia district was virtually deserted during the war. Once the breadbasket

of Mozambique, its fertile land lay untended, its villages in ruins. Nine-tenths of the population fled to Malawi. Now all but a few thousand are back. The fields are high with maize after good rains, schools and hospitals are being rebuilt. The ex-refugees know life will be tough for some years. They say simply that they are glad to be home.

There is still scope for disaster. Both the government and Renamo say they will accept the election results. But, for all the disarmament, the country will remain awash with guns. Few of the 50,000 soldiers to be demobilised in the coming months have any skills relevant to peacetime: most were forced into one or other of the rival armies in their teens. Finding jobs in a country shattered by 11 years of war will not be easy, and many could resort to banditry. The UN admits this, and has provided resources for demobilised soldiers from both sides to get a monthly salary for the next two years.

Chissano oficialmente candidato

PÚBLICO, 24.3.94

ERA APENAS uma formalidade, mas foi finalmente cumprida: o Comité Central da Frelimo, em reunião que terminou ontem de madrugada, designou o Presidente Joaquim Chissano como candidato às eleições presidenciais previstas para Outubro. ■

Sobre a descolonização e de quem foram as culpas

Nuno Teotónio Pereira

PÚBLICO, 17 3 94

Com a proximidade dos vinte anos do 25 de Abril, a comunicação social tem vindo a abordar, através dos testemunhos de alguns dos seus protagonistas, temas relacionados com o importante acontecimento que fez mudar o rumo da nossa História. E ainda bem, porque hoje têm curso livre muitas opiniões que deixam no escuro muito do que se passou — antes e depois. Entre esses temas, têm vindo ao de cima as circunstâncias em que se deu a descolonização, que é como que uma ferida aberta na consciência nacional, vivida na carne, de uma forma ou de outra, por uma altíssima percentagem da nossa população.

Contra as boas intenções dos homens de Abril, a descolonização foi um desastre. É preciso que isto seja assumido de uma vez por todas. É esta constatação é tanto mais dolorosa quanto se sabe que os portugueses eram, à partida, de todos os povos colonizadores aqueles que teriam melhores condições para orientar uma descolonização exemplar.

De facto, tem de se classificar como um desastre o que fez com que quase um milhão de portugueses tenham sido levados a sair precipitadamente e em pânico de suas casas, terras e ocupações. Se muitos deles tinham acumulado riquezas explorando a população africana, na linha da nossa pior tradição negreira, a maior parte ganhava honestamente a sua vida e desempenhava funções sociais ou económicas de utilidade. A isto há a acrescentar a carência repentina de quadros técnicos e administrativos, o que provocou o colapso da economia dos novos países e o seu envolvimento em guerras sangrentas.

Claro que muitos factores ajudaram a que assim acontecesse: o radicalismo dos movimentos nacionalistas e dos governos que deles saíram; a guerra fria, em que as superpotências disputavam zonas de influência; ainda a atitude e inconsciência de muitos colonos que consideravam adquiridas as suas situações de privilégio ou sonhavam com uma independência branca, à maneira da África do Sul, para poderem continuar a dominar e a explorar a maioria negra.

Mas do lado dos governos saídos do 25 de Abril, a descolonização, como já tem sido dito, foi a possível. A posição portuguesa era de fraqueza, perante situações militares desfavoráveis no terreno e a pressão internacional. Mas sobretudo essa situação de fraqueza era o reflexo de um complexo de culpa por tudo o que Portugal tinha feito antes. Efectivamente as verdadeiras causas da tragédia têm de ir buscar-se mais atrás, à cegueira política do falso génio chamado Salazar e à existência de um regime de ditadura em Portugal, que durava havia décadas.

A recente entrevista de Manuel Lucena ao PÚBLICO é o paradigma de uma visão distorcida do assunto: as culpas da descoloni-

zação são assacadas em partes iguais ao ante como ao pós-25 de Abril. Ora nada há de mais contrário à verdade: a responsabilidade pela forma como a descolonização foi feita deve-se por inteiro ao salazarismo e ao caetanismo, que prosseguiu a política anterior, sob a égide da impostura monumental de uma nação única do Minho a Timor.

Manuel Lucena diz que a certa altura da sua vida percebeu que as colónias não constituíam nações. Descobriu nesse momento a pólvora. Será que Portugal era uma nação quando Afonso Henriques se proclamou rei? Será que o eram também os Estados Unidos ou o Brasil quando declararam a independência? O facto de um prestigiado investigador das ciências sociais pôr a questão naqueles termos faz reflectir até que ponto os argumentos de Salazar deixaram fundas marcas na nossa mentalidade. As nações nascem de um embrião que procura um destino através dos solavancos da História.

Naquela entrevista, como em outros depoimentos, algo de essencial é sonogado: o facto de os movimentos de libertação, antes de iniciarem a luta armada como último recurso, ou separadamente ou através da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), terem dirigido insistentes apelos ao governo português para a realização de negociações com vista a um processo pacífico para a independência. Como se omite ainda a situação de extrema repressão que a ditadura impunha, tanto na metrópole mas mais ainda nas colónias: ausência total do direito de associação e da liberdade de expressão, repressão policial permanente, manipulação das consciências.

Nestas condições, como podiam os movimentos nacionalistas explicar as suas razões, organizarem-se em partidos políticos, forjarem uma consciência colectiva nacional, como fizeram nas colónias dos outros países europeus? Tiveram por isso de recorrer à mais completa clandestinidade e, mesmo assim, ainda dirigiram apelos ao governo português para negociações. Negociações que se tivessem tido lugar na altura, poderiam ter levado ao estabelecimento de períodos de transição prolongados, a uma descolonização progressiva e pacífica, ao estabelecimento de governos

independentes das superpotências que então disputavam o mundo.

Ainda em 1960, o MPLA, antes de qualquer acção armada, dirigiu uma

última declaração ao povo português na qual afirmava que "a solução pacífica do problema colonial em Angola dependerá das acções concretas que o governo português empreender a esse respeito". E essas acções concretas foram prisões em massa nas cidades e o bombardeamento com napalm na Baixa do Cassanje, com a destruição de 16 aldeias, porque os camponeses tinham decretado uma greve contra as condições em que eram explorados na produção do algodão. É este massacre, assim como os de Pidgiguiti, na Guiné, e o de Mueda, em Moçambique, que marcam o verdadeiro início das guerras coloniais, e não os primeiros ataques dos movimentos de libertação contra as guarnições portuguesas. Estes foram apenas uma resposta utilizando a mesma moeda: a da força.

A essas propostas de negociações, nas quais era invocado o direito à independência, estava associada a preocupação pela cooperação futura com o povo português. Como dizia Eduardo Mondlane: "O povo português deve compreender que o povo moçambicano é um povo irmão. Nós, moçambicanos, nada temos contra o povo português nem contra a cultura portuguesa. Pelo contrário, o português é a língua falada em todas as nossas escolas no estrangeiro e nas zonas libertadas."

Por outro lado, Amílcar Cabral, numa entrevista dada em 1971, repetia o que vinha dizendo desde há anos: "Nós estamos absolutamente convencidos de que se em Portugal se instalasse amanhã um governo que não fosse fascista, mas fosse democrático, progressista, a nossa luta não teria razão de ser."

Com a sua intransigência, o salazarismo atirou os movimentos de libertação para a órbita da URSS, que lhes dava apoio político e logístico, levando-os a adoptarem o figurino soviético na política interna e externa, provocando as guerras sangrentas que ainda hoje não cessaram, e que eram o reflexo da luta entre os dois blocos.

Com esta atitude, o fascismo roubou aos portugueses a oportunidade de fazerem uma descolonização, essa sim, exemplar, que estavam apesar de tudo em condições de fazer, antes das guerras de libertação eclodirem. Nem lhes serviu de lição a derrota da Argélia, com a retirada dos franceses imposta por uma guerra militar. Era sintomático da ideia ultrajante que faziam muitos europeus das capacidades dos africanos, quando se dizia que se podiam percorrer de lés a lés as colónias com a máxima segurança: "Eles não são capazes de se organizarem para uma revolta!" O por vezes invocado génio político de Salazar, se tivesse existido, teria sido o de antecipar o futuro e não prolongar o passado, poupar guerras inúteis e criar as raízes para uma cooperação duradoura entre Portugal e os povos irmãos.

Com estes antecedentes, o que foi possível fazer a seguir ao 25 de Abril? Com uma situação militar de derrota iminente na Guiné e a curto prazo em Moçambique, e apenas momentaneamente estabilizada em Angola, com uma retaguarda cansada por treze anos de guerra, os governos provisórios fizeram o possível, mas não puderam evitar o desastre.

Claro que houve alguns erros de pormenor, como foi o de, nos acordos de Alvor, colocar em pé de igualdade o MPLA, único movi-

Continua na pág. 4

Em área controlada pela polícia governamental

Português morto em Angola após visita de ministro

PÚBLICO, 20 3 94

O ASSASSINATO do português Luís Cristina, cujo cadáver foi encontrado na sexta-feira à tarde, deixou consternados largos sectores da opinião pública luandense. Regente agrícola de profissão, o jovem, de 26 anos, foi morto na passada terça-feira nas proximidades de Bom-Jesus, 60 quilómetros a norte de Luanda, horas depois de o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, ter estado na sua fazenda localizada muito próximo da vila.

Após ter servido de cicerone à visita do governante português e dos seus colegas dos PALOP que participaram em Luanda no I Encontro Luso-Africano de Agricultura, Luís Cristina regressou sozinho a Luanda ao volante do seu jipe, tendo caído numa emboscada durante a viagem tendo sido alvejado com quatro tiros, um dos quais na cabeça.

Até ontem à tarde não era conhecida qualquer reacção da polícia angolana, mas amigos e familiares da vítima não hesitaram em acusar agentes da corporação que garantiram a segurança das delegações estrangeiras que visitaram Bom-Jesus, uma região propícia ao desenvolvimento agrícola. "Ele foi morto dentro do perímetro controlado pela polícia", disse ao PÚBLICO o irmão da vítima, Rui Cristina, que não poupou críticas ao ministro Arlindo Cunha: "Ele soube da morte de um cidadão português numa região que visitava e nem sequer tomou uma posição pública", disse, sublinhando que "provavelmente quando chegar a Portugal dirá que em Angola existem condições de se-

gurança para os portugueses, o que é mentira".

O PÚBLICO tentou ouvir uma reacção de Arlindo Cunha — que regressou ontem à tarde a Lisboa — limitando-se uma fonte da sua delegação a comentar que "o ministro não tem pormenores do que se terá passado, pois falaram-lhe vagamente do caso". Segundo uma fonte, "as autoridades angolanas e do Consulado de Portugal em Luanda estão a seguir com o maior rigor o que aconteceu para apurar os responsáveis pelo crime".

A família de Luís Cristina, que se destacou em Angola como corredor de ralis, manifestou-se também agastada com o facto da RTP se ter "recusado a transmitir" a reportagem sobre este crime, enviada pelo correspondente em Angola, Carlos Albuquerque.

Maior espanto, contudo, causou aos familiares ouvir um responsável da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC, a polícia judiciária angolana), justificar o crime como "um problema de ordem conjuntural" devido à miséria que campeia no país.

Indignadas com a frequência com que a morte de cidadãos portugueses se vem repetindo, nos últimos meses, em Luanda e sua periferia, com a agravante de se tratar de zonas controladas pelo Governo, fontes portuguesas disseram ao PÚBLICO estranhar o silêncio do Executivo de Lisboa em relação a estes acontecimentos. "Se Cavaco Silva prometeu há algum tempo pedir explicações à UNITA em ocasiões semelhantes, devia ter a co-

ragem de fazer o mesmo com o Governo angolano."

Nos últimos três meses, só em Luanda foram assassinados cinco portugueses em circunstâncias nunca esclarecidas pela polícia, mas que se presume tenham a ver com o roubo de viaturas ou de dinheiro. De acordo com o próprio Luís Cristina, ainda na semana passada um seu

amigo português, chamado César, levou um tiro no quilómetro 17 (uma praia muito frequentada, próxima de Luanda), admitindo-se que muitos crimes de que são alvo cidadãos portugueses não sejam do conhecimento do público, devido ao silêncio da comunicação social estatal. ■

Aguar dos Santos, em Luanda

Perante o boicote zulu na África do Sul Votação no Natal em discussão

PÚBLICO, 22 3 94

MILHARES DE sul-africanos negros não foram ontem trabalhar, assinalando o 34º aniversário do massacre de Sharpeville, quando a polícia matou 69 pessoas e que se tornou numa data marcante da luta contra o "apartheid".

Embora não oficial, o Dia de Sharpeville é considerado feriado por muitos sindicatos negros e algumas empresas.

Este ano, a data assumiu um novo significado, pois a África do Sul encontra-se a pouco mais de um mês das primeiras eleições multi-raciais, de que deverá certamente sair um Presidente negro, Nelson Mandela, e um parlamento maioritariamente negro — com o que o "apartheid" ficará enterrado definitivamente.

Mas a proximidade das eleições encerra também o receio da ocorrência de novos massacres, um receio que novo

fim-de-semana de extrema violência mostrou ser bem real. Só no Natal morreram 34 pessoas e foi precisamente a propósito da votação de 26 a 28 de Abril nessa província que funcionários do organismo de supervisão eleitoral e líderes políticos se reuniram ontem em primeira.

É que o KwaZulu-Natal é o coração do território dos zulus, cujo chefe político, Mangosuthu Buthelezi, do Partido Inkatha, e o rei, Goodwill Zwelithini, recusam participar nas eleições, sugerindo pelo contrário que se preparem para proclamar um estado zulu soberano.

O chefe da Comissão Eleitoral Independente, Johann Kriegler, esteve reunido durante hora e meia com o Presidente Frederik de Klerk e com o líder do ANC, Nelson Mandela, e anunciou depois que viajará na quarta-feira até ao Natal, para discutir a questão eleitoral com os líderes zulus. Kriegler disse que apesar de todos os problemas está ainda confiante em que o processo eleitoral possa decorrer no Natal com normalidade.

Apesar de haver incidentes um pouco por todo o país, é naquela província que a violência se tornou endémica. Ainda no domingo, centenas de zulus ocuparam um estádio nos arredores de Durban, cidade portuária do Natal, para impedir o Congresso Nacional Africano de ali realizar um comício. Foi a segunda vez que apoiantes do Inkatha realizaram uma acção deste tipo durante a campanha eleitoral. Outro boicote a um comício aconteceu com o próprio Nelson Mandela e foi também protagonizado por simpatizantes do partido zulu. O automóvel do líder do ANC foi cercado e mesmo apedrejado por elementos afectos ao Inkatha, mas Mandela saiu ileso. ■

Continuação
da pág. 3

Sobre a descolonização e de quem foram as culpas

mento dispo de quadros e de expressão nacional, com a FNLA e a UNITA, que não passavam de grupos tribais. E o radicalismo dos partidos maoistas e trotskistas com a palavra de ordem "Nem mais um soldado para as colónias!", e que encontrava eco na tropa, apesar de ser profundamente errada após o 25 de Abril.

Aquilo que se poderia ter feito vinte anos antes não era já possível em 74: um amplo e livre debate nacional sobre o problema, a adequada informação do povo português e dos colonos, a abertura de negociações levando a regimes de transição prolongados, a passagem gradual de testemunho da potência colonizadora para os novos governos. Os exemplos recentes da Namíbia e do Zimbabwe aí estão para mostrar o que poderia ter sido uma descolonização à portuguesa.

De todos os males que a ditadura salaza-

rista trouxe a Portugal, o impedir que assim fosse foi certamente um dos maiores. E é inadmissível que pessoas que sustentaram o dogma do ultramar português venham hoje criticar a descolonização que foi possível fazer.

Timor foi a excepção, cabendo ao pós-25 de Abril uma pesada responsabilidade: não havia movimentos de libertação, não havia luta armada. Mas aí as responsabilidades do anterior regime não são inexistentes. Tivesse o território sido desenvolvido, difundida a instrução e criadas condições de liberdade para que as aspirações emancipalistas emergissem e se difundissem — preparando enfim esse povo para exercer uma autodeterminação outorgada pela potência colonizadora e naturalmente acolhida pela comunidade internacional, se isso tivesse acontecido, teríamos poupado aos timorenses a tragédia actual. ■

África do Sul controla o Ciskei

“Já só falta um!”

PÚBLICO, 21 3 94

Um a um, caem os bantustões sul-africanos. Há dez dias foi o Bophuthatswana, ontem foi o Ciskei, ambos vítimas de revoltas internas. “Já só falta um”, disse um dirigente do ANC referindo-se ao Kwazulu, dominado pelo Inkatha, onde já começaram os motins. É um aviso a Buthelezi.

Uma revolta de polícias no Ciskei, na terça-feira, provocou o afastamento do chefe deste bantustão sul-africano, general Oupa Gqoso, que foi forçado a pedir a intervenção da África do Sul. Enquanto as forças armadas sul-africanas se declaravam prontas para intervir, o Conselho Executivo de Transição (TEC), que controla interinamente o Governo de Pretória, e que inclui um representante do Ciskei, anunciava a destituição de Gqoso

e a sua substituição por dois administradores para o território.

A semelhança do que aconteceu, há dez dias, no Bophuthatswana, onde uma greve de funcionários derrubou Lucas Mangope e arrastou a intervenção do exército sul-africano, foi uma revolta de polícias que desintegrou o Ciskei, um território nominalmente independente, com 7700 quilómetros quadrados.

A insurreição começou terça-feira sob pretextos salariais. Os agentes reclamavam o pagamento dos seus honorários antes da realização das eleições previstas para os dias 26 a 28 de Abril. Como penhor do pagamento fizeram 42 reféns, oficiais das forças de segurança e alguns familiares, fechados na Academia da Polícia de Bisho, a capital, mas todos foram libertados ontem de manhã.

Manifestações no Kwazulu

Oupa Gqoso, que conquistou o poder há quatro anos na sequência de um golpe sangrento, demitiu-se explicando que o fazia “para evitar um banho de sangue”. Os polícias enviaram ao Palácio Presidencial uma comissão para acertar com ele as contas devidas mas o general

disse simplesmente que já não estava no cargo.

O ANC, que anunciou o lançamento de um movimento de protesto contra os entraves à sua campanha eleitoral no Kwazulu, não esconde que a meta é integrar todos os bantustões na África do Sul. “Dois já caíram. Já só falta um”, disse Joe Slovo, líder do Partido Comunista sul-africano e um dos dirigentes do ANC, aos microfones de uma rádio. “Não há dúvida nenhuma, o ANC prepara no Kwazulu a mesma coisa”, afirmou, por sua vez, um porta-voz do Partido da Liberdade Inkhata, Ed Tillet.

O Kwazulu, na província do Natal, é dominado pelo Inkhata e pelo seu líder, Mangosuthu Buthelezi. Na passada sexta-feira, o rei zulu Goodwill Zwelithini, sobrinho de Buthelezi, anunciou a intenção de proclamar a “soberania” do bantustão.

Mais de 80 pessoas morreram desde então em confrontos no Natal. Na madrugada de ontem, cinco pessoas — quatro partidários do ANC e um observador do Comité Nacional de Paz — foram mortas perto de Umlazi, a capital, onde professores realizaram ontem uma manifestação pela liberdade política.

Os manifestantes, cerca de um milhar, todos

pertencentes ao Departamento de Educação do Kwazulu, responderam ao apelo do Sindicato Democrático de Professores da África do Sul, organização próxima do ANC. Apesar do Inkatha se assumir como o seu partido, a população de etnia zulu está profundamente dividida, mesmo na província do Natal, onde uma grande parte apoia o ANC.

“A situação é explosiva”, disse Nelson Mandela. Analistas citados pela Reuter temem estar-se na iminência de uma guerra de grandes proporções no último dos bantustões. “Ela pode ser muito violenta, muito sangrenta, com zulus contra zulus”, disse Jakkie Cilliers, responsável pelo Instituto de Política de Defesa, com sede em Joanesburgo. “Tenho a ideia clara que a batalha pelo Kwazulu vai entrar nas próximas semanas num ponto de ebulição”, acrescentou, sublinhando que o “invencível” Kwazulu vai “desfazer-se”.

O encontro, marcado para ontem, entre Johann Kriegler, o juiz que preside à Comissão Eleitoral Independente, e o líder do Inkhata, Mangosuthu Buthelezi, em Uhundi, tanto pode constituir uma saída para a crise como um mau agouro: Johann Kriegler foi a última pessoa de Pretória com quem Lucas Mangope falou há dez dias antes de ser derrubado. Mangope não queria as eleições, como Buthelezi também não as quer. ■

Tropas de Pretória entraram no bantustão

Ciskei já está sob controlo sul-africano

TROPAS da África do Sul entraram ontem em força no bantustão do Ciskei, que passou a estar oficialmente sob o controlo de Pretória, antecipando a sua reincorporação na república sul-africana, prevista para depois das eleições do próximo mês.

Segundo o relato da agência Reuter, que cita testemunhas, uma coluna de 30 veículos, liderada por carros blindados com metralhadoras pesadas e canhões ligeiros montados no topo, estacionou à porta do Parlamento na capital, Bisho. Horas antes, uma coluna mais pequena do exército sul-africano tinha recebido e acatado ordens de soldados para deixar o bantustão.

O Ciskei é um dos dez bantustões tribais criados pelo regime do “apartheid”, para separar etnias, uma divisão a que o processo eleitoral irá pôr ter-

PÚBLICO, 25 3 94

mo. A entrada das tropas sul-africanas aconteceu um dia depois da demissão do líder do bantustão, o brigadeiro Oupa Gqozo, confrontado com uma vaga de contestação. Irritados com a demissão, elementos do exército do Ciskei saquearam o gabinete de Gqozo.

Uma primeira coluna sul-africana foi travada por soldados do Ciskei e recebeu ordens para voltar para trás, acabando efectivamente por recuar para a fronteira, a seis quilómetros de distância. Mas, 30 minutos mais tarde, os sul-africanos regressaram e com uma manifestação de força a que as tropas locais não ousaram opor-se.

O colapso do Ciskei (que tem menos de um milhão de habitantes) aconteceu cerca de duas semanas depois de algo de semelhante ter ocorrido noutra bantustão, o Bophuthatswana, cujo Presidente, Lucas Mangope, se demitiu e entregou o poder a uma administração interina dependente

de Pretória. A reincorporação formal na África do Sul acontecerá em fins de Abril.

Há também agitação noutras dois bantustões — Lebowa, no Norte do Transvaal, com tropas sul-africanas a caminho, e Qwa Qwa, no Estado Livre de Orange — mas prevê-se que os poderes locais não resistam igualmente. Em questão, em todos os bantustões, está a resistência dos líderes locais a participar nas eleições de 26 a 28 de Abril.

A queda dos bantustões, um a um, como peças de domínio, deixa cada vez mais isolado o chefe zulu, Mangosuthu Buthelezi, líder do bantustão de Kwazulu, e que também se recusa a participar nas eleições. Buthelezi e o seu sobrinho, o rei zulu Goodwill Zwelithini, rejeitam o processo eleitoral, alegando que se recusam a legitimar uma constituição que não concede autonomia suficiente à sua região.

Simplesmente, o caso zulu é mais complicado do que os do Ciskei.

Bophuthatswana ou Qwa Qwa, dado que os zulus são nada menos de seis milhões e, aparentemente, seguidores indefectivos dos seus líderes. Qualquer confronto provocaria decerto um banho de sangue. Por isso, o presidente Frederik de Klerk e o líder do ANC, Nelson Mandela — que será, quase de certeza, o próximo chefe de Estado —, continuam a tentar todas as formas para convencer os líderes zulus a abandonarem a posição de boicote eleitoral.

Mandela revelou ontem ter enviado uma carta ao rei Goodwill a solicitar-lhe uma reunião para discutir as preocupações do monarca sobre o futuro de uma África do Sul pós-“apartheid”. Os termos da missiva não deixam dúvidas quanto à delicadeza da questão zulu: “Com a autorização de Vossa Majestade, gostaria de sugerir que nos encontrássemos em 29 ou 31 de Março de 1994, a data que for mais conveniente para Vossa Majestade.” ■

The crumbling of South Africa's past

THE ECONOMIST, 26.3.94

JOHANNESBURG

AFTER Bophuthatswana, Ciskei: its boss, Oupa Gqozo, quit this week, facing rebellion by his own police, and a second "homeland" is thus now under open South African control. And after Ciskei? Little wonder that Mangosuthu Buthelezi suspects his fief, KwaZulu, is next on the list.

Already, the Zulu king, Goodwill Zwelithini, had reasserted the existence of the Zulu kingdom and called on Zulus to defend it with their lives. And, in return, there had been calls for the Transitional Executive Council, which increasingly calls the shots, to intervene in KwaZulu as it did when it overthrew Lucas Mangope's government in Bophuthatswana on March 12th.

Hundreds of Zulus carrying AK-47 rifles have publicly declared their loyalty to the king. They are not to be taken lightly. Mr Buthelezi's warning that any attempt to overthrow KwaZulu would unleash a struggle "without precedent in Africa" may be overdone. But last week's accusations from the commission chaired by Richard Goldstone, a judge, that police generals supplied weapons to his Inkatha Freedom Party add an ominous dimension to it.

Ominous for Mr Buthelezi too, perhaps. This week the transitional executive issued a report accusing both Inkatha headquarters

in KwaZulu and his own office there of distributing firearms to activists, and demanding that they stop at once. If an excuse is being sought for action against KwaZulu, this could make one.

The Goldstone report, claiming "strong *prima facie* evidence", named three top police officers as implicated in political violence; one is the deputy police commissioner, General Basie Smit. But the real victim of the report may yet be President F.W. de Klerk. He swiftly told the three generals and lower-ranking policemen named in the report to go on compulsory leave, pending full investigation by international police experts, assisted by a South African and a foreign jurist. The effect was to alienate conservative whites, without satisfying black political leaders that he really is determined to clean up the security forces.

The generals bitterly accused the president of prejudging the issue, on untested evidence, drawn largely from an anonymous police officer. General Smit would not have treated a prostitute, he complained, in the way that Mr de Klerk had treated him. The general heading police public relations joined the attack. Mr de Klerk's hopes that white conservatives will vote for his National Party as a last resort in next month's

election may have been gravely damaged—and whites can now turn to General Constand Viljoen's new Freedom Front.

The African National Congress, in contrast, sees yet more evidence for its belief that the president cannot or will not control the security forces. His friends' claim that only a few "rogue elements" were involved was nonsense, said the ANC: look at their rank. Was it imaginable that Mr de Klerk and his minister of law and order, Hervis Kriel, did not know what was going on?

Suspicious of this sort have been around ever since Mr de Klerk became president in 1990. The ANC has often said that township violence was being instigated or indeed carried out by mysterious forces linked to the police. Each time it was denied. But—on top of the exposure of secret payments from state funds to Inkatha—two covert units have been brought to light whose business it indeed was to disrupt the activities of (read, sometimes, kill) "enemies of the state".

After the second of those disclosures, in November 1992, Mr de Klerk sent seven military officers on compulsory leave and 16 more into retirement. Then too he spoke of "a limited number" of officers being involved, and promised further action after full investigation. It never came.

Partilha do poder trava negociações

PÚBLICO, 20.3.94

O IMPASSE à volta de um ministério (Obras Públicas) e duas províncias (Huambo e Benguela), que a hábil diplomacia de Alioune Beye, representante especial do secretário-geral da ONU e mediador do conflito angolano, não conseguiu contornar nas últimas duas semanas, pode culminar na suspensão das negociações, aguardada a qualquer momento em Luanda.

A última oferta (expressão por proposta) feita pela delegação do Governo no passado dia 6 e que abrangeu quatro ministérios (Saúde, Hotelaria e Turismo, Materiais de Construção e Comércio), o partido de Savimbi contrapôs a inclusão da pasta das Obras Públicas em substituição dos Materiais de Construção, um cargo inexistente no actual executivo de Marcolino Moco. Relativamente às províncias, o governo indicou Lunda-Sul, Cubango e Uíje, mas a essa lista a UNITA acrescentou Huambo e Benguela, duas regiões fundamentais à sua sobrevivência política. No entanto, quanto a esta última "é ponto assente que jamais daremos à UNITA acesso ao mar", disse ao PÚBLICO fonte da direcção do MPLA.

[O Partido de Renovação Social, PRS, que obteve a terceira maior expressão parlamentar nas eleições de Setembro de 1992, já protestou contra a proposta de Luanda de atribuição à UNITA do governo de províncias: "Ao pretender oferecer à UNITA a administração onde ela não foi maioritariamente votada, o Governo clarificou definitivamente toda a sua antipatia e ingratidão aos eleitores que nas urnas haviam conferido voto de confiança ao MPLA". Em causa parece estar, sobretudo, a inclusão da Lunda Sul nas ofertas à UNITA, já que o PRS tem no no povo quicco das Lundas a sua principal base de apoio.]

Segundo apurámos, repartidos pela administração central representações diplomáticas, municípios e comunas, o Governo colocou à disposição da UNITA 200 cargos, números considerados suficientes à difícil reconciliação nacional do pós-Lusaka. "Ou se toma e agarra ou se larga", defendeu o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, "conformando-se Jonas Savimbi com as ofertas do governo que não são negociadas".

Mas estes são argumentos

que não convencem a UNITA, que invoca os cerca dos 80 por cento do território que controla e a sua influência no teatro da guerra. Assim, dos 163 municípios, o Governo cedeu 22 e a UNITA pede 42; quanto às comunas, Luanda oferece 45 das 538, mas o partido de Savimbi quer 117.

Finalmente, coloca-se a questão das representações diplomáticas. O Governo indicou cinco (Argélia, Polónia, Índia, México e Unesco), o que a UNITA rejeitou, reivindicando uma maior presença em África e nas grandes capitais mundiais. Neste caso, a lista devia incluir a Namíbia (ou a Zâmbia), Marrocos (ou Costa do Marfim) e ainda Bona ou Londres.

Fonte da "task force" que em Luanda coordena as negociações admitiu ao PÚBLICO que o Governo cometeu "um erro de cálculo", ao julgar que as suas propostas eram suficientes para corresponder à necessidade de "um reajustamento étnico" do poder em Angola como há muito insistem os EUA. "Durante esta semana e as próximas estamos a preparar-nos para enfrentar fortes pressões norte-americanas", disse a fonte, admitindo como contraparti-

da uma inesperada aproximação de Luanda à Rússia visando acautelar a possibilidade de os EUA virem a fazer "demasiado coro" com as posições da UNITA. A mesma fonte reconheceu ainda a existência de discordâncias no interior do Bureau Político que nas últimas três semanas seguiu a par e passo o processo negocial. Uma abertura que o Presidente Dos Santos foi obrigado a fazer depois de ter sido acusado de estar a marginalizar os seu pares da cúpula do partido governante.

Os EUA pretendem de Luanda novas cedências para apressar a conclusão das negociações, de forma a evitar que elas se aproximem demasiado das eleições sul-africanas. Mas, no interior do MPLA, Lopo do Nascimento parece ser das poucas vozes que mais insiste no "linkage" existente entre os dois países, defendendo uma postura negocial que não deixe Luanda demasiado prisioneira do que costuma designar por "pacote regional", que Washington e os mais fortes aliados ocidentais querem primeiro ensaiar em Pretória e prosseguir em Angola. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

Boers querem Pretória

MILHARES DE manifestantes da Frente do Povo Africano (AVF, extrema-direita) ocuparam ontem o centro de Pretória reclamando a cidade como capital de um estado autônomo, antes de queimarem a nova bandeira da África do Sul e um cartaz eleitoral do Presidente Frederik de Klerk.

"Pretória é propriedade da nação boer e não deve ser partilhada", disse o líder da AVF, Willie Snyman, a uma multidão calculada pela Reuter em cinco mil pessoas.

"Estamos na mesma po-

sição que Israel", afirmou, mais tarde, em conferência de imprensa, o líder da AVF, Ferni Hartzenberg, que exigiu a formação do estado até às eleições marcadas para 26, 27 e 28 de Abril. "Não podemos existir sem uma terra", acrescentou, propondo "um sistema confederal para evitar a anarquia".

A abrir a manifestação, vigiada à distância por centenas de polícias, desfilou, ao som de uma marcha militar, um batalhão com 1680 homens do chamado "Boerkommando" ("Comando Boer").

PÚBLICO, 27.3.94

Apesar de Hartzenberg ter garantido que os negros actualmente residentes no território reivindicado pelo AVF não serão expulsos ou maltratados, reconhecendo que eles até são a maioria, pelo menos três jornalistas, dois negros e um indiano, foram insultados e de outras formas molestados pelos "boerkommandos".

Frederik de Klerk encontrou-se entretanto com o dirigente do bantustão Kwazulu, Mangosuthu Buthelezi, durante cinco horas, em Durban, para tentar convencer o

líder do Partido da Liberdade Inkatha (zulu) a não levantar obstáculos à realização das eleições no território zulu.

Após o encontro, o chefe de Estado sul-africano declarou que tinham sido feitos "progressos" para garantir a realização pacífica das eleições na província do Natal, com base num organismo comum integrado por governos da África do Sul e do Kwazulu, e ainda pela Comissão Eleitoral Independente. Reconheceu, porém, que a situação no terreno continua tensa. ■

ANC lança acções no Natal

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) anunciou ontem a sua disposição em aumentar as acções de protesto no Natal-Kwazulu até que as autoridades deste bantustão negro aceitem a realização no território das eleições gerais marcadas para os dias 26 a 28 de Abril.

O aumento das "acções de massas" foi anunciado pelo secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, segundo o qual as iniciativas políticas não se têm mostrado suficientes para desbloquear a situação criada com o boicote decretado pelas autoridades zulus às eleições.

"Insistimos em que as forças de segurança protejam a via do nosso povo e garantam as eleições", disse o "número dois" do partido de Nelson Mandela, citado pela AFP, um dia depois do mal sucedido encontro, em Durban, entre o Presidente Frederik de Klerk e o líder do Partido da Liberdade Inkatha (zulu), Mangosuthu Buthelezi.

De Klerk e Buthelezi encontraram-se sábado na grande cidade costeira do Índico para tentarem encontrar uma saída pacífica para uma situação que se agrava cada vez mais à medida que se aproxi-

PÚBLICO, 28.3.94

ma a data da primeira votação multirracial da história do país. Mas quatro horas de reunião foram insuficientes para aplanar as divergências de fundo que opõem o Partido Nacional (no poder) e o ANC, por um lado, e o Inkatha, por outro.

O Presidente sul-africano disse quinta-feira e reafirmou sábado, após a reunião de Durban, que encara a possibilidade de enviar tropas para o Natal-Kwazulu. Sexta-feira, o ANC fez desfilar em Durban mais de 70 mil simpatizantes. O Inkatha responde que não tem medo e está apto para

uma guerra se for caso disso. Ontem, militantes zulus ocuparam o estádio Vryheid, em Durban, onde deveria ocorrer um comício do ANC.

A violência aumenta todos os dias, somando mais e mais vítimas às 2600 registadas na região só em 1993. Na semana passada morreram cem pessoas na sequência de confrontos políticos entre simpatizantes do ANC e do Inkatha. Um analista citado pela Reuter afirmou ontem que o número de mortos aumentará à medida com a contagem decrescente para o sufrágio de Abril. ■

Duelo de fogo na Baixa de Joanesburgo

PÚBLICO, 28.3.94

MEMBROS DAS duas principais organizações negras rivais sul-africanas — Congresso Nacional Africano (ANC) e do Partido da Liberdade Inkhata (IFP) — transformaram ontem o centro de Joanesburgo num campo de batalha de que resultaram pelo menos 30 mortos e 52 feridos, segundo um balanço provisório das autoridades ao fim da tarde.

Tudo começou de manhã cedo, quando milhares de zulus, que as agências Reuter e AFP calculam em 10 mil, afluíram à grande metrópole sul-africana para manifestarem o seu apoio ao rei Goodwill Zwelithini, que há dez dias declarou a "soberania" do Kwazulu e se opõe à realização, no bantustão, das eleições gerais de Abril.

Ao princípio da madru-

gada, três pessoas tinham sido mortas no Soweto, o subúrbio negro dos arredores de Joanesburgo, palco tradicional de confrontos entre o ANC e o Inkhata, onde foram levantadas barricadas. Eram os primeiros sinais do que viria a seguir.

Horas depois, entre danças, cantos, slogans, montas partidas e muitos tiros, a confusão instalou-se em três dezenas de ruas do centro da cidade, com epicentros na Biblioteca central, na sede do ANC e no edifício da Comissão Eleitoral Independente.

Perto da Biblioteca, o tiroteio, com caçadeiras e armas automáticas, durou 45 minutos, entre manifestantes, que aparentemente apenas se tinham feito acompanhar de armas tradicionais, lanças e catanas, e atiradores postados nos telhados vizinhos. Jornalistas viram charcos de sangue na escadaria

e sete corpos sem vida. Outro duelo de fogo ocorreu junto da sede do ANC, com a segurança deste partido a disparar contra manifestantes tentando entrar nas instalações. Aqui morreram pelo menos nove pessoas. Trocas de tiros ocorreram ainda perto da comissão eleitoral que prepara as eleições de 26 a 28 de Abril.

A confusão transformou-se rapidamente num caos quando residentes da cidade desceram à rua, ignorando os apelos da polícia para que não saíssem de casa ou tentassem fazer justiça pelas suas próprias mãos, e tentaram linchar manifestantes. Não fosse a intervenção de alguns agentes da polícia e um deles, isolado e apedrejado com pedaços de tijolo, teria morrido.

Ao fim da manhã, o porta-voz da polícia dava o tom do drama: "Há vários mortos, pessoas caídas por terra, e é impossível saber se estão mortas ou feridas", disse o coronel David Bruce, enquanto as agências sublinhavam a impotência das forças de segurança para conter a onda sangüinária que varreu o centro de Joanesburgo.

Cerca das 14h00 locais (mesma hora em Lisboa), os manifestantes começaram a dispersar mas o conflito continuou entre os porta-vozes do ANC e do Inkhata. Carl Niehaus, do partido de Nelson Mandela, declarou-se "indignado" com o ataque "não provocado" contra a sede do ANC. Ed Tillet, do partido de Mangosuthu Buthelezi, acusou a organização rival de ter introduzido "franco-atiradores" entre os manifestantes.

Ao princípio da tarde, a AFP fazia a necrologia de mais um fim-de-semana sangrento na África do Sul: 54 mortos desde sexta-feira, balanço que aumen-

Continua na pág. 8

Rei zulu não conversa até que a "cólera" amaine

Cimeira adiada na África do Sul

Fernando Sousa

O rei zulu quer enterrar os seus mortos antes de continuar a falar. A conversa, marcada para hoje, entre os quatro líderes de quem depende uma saída pacífica para a crise sul-africana foi adiada por uma semana. Gente cinzenta terá conspirado para provocar o massacre que matou segunda-feira mais de cinco dezenas de pessoas.

A cimeira entre o Presidente sul-africano, o rei zulu e os líderes das duas principais organizações negras, marcada para hoje e amanhã, foi adiada uma semana devido aos sangrentos acontecimentos ocorridos segunda-feira em Joanesburgo.

O adiamento, anunciado por um porta-voz presidencial, que não marcou qualquer data para o encontro, foi sugerido pelo soberano zulu Goodwill Zwelithini, que hoje deveria encontrar-se

com Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Mangosuthu Buthelezi, dirigente do Partido da Liberdade Inkatha (IFP, zulu) e Frederik de Klerk, a quem pediu que esperem até que a "cólera" amaine e os mortos sejam enterrados.

A cimeira, sem precedentes, foi marcada sábado, na sequência das conversações entre De Klerk e Buthelezi. Este concordou com um encontro alargado e com a participação do rei, mas o massacre de segunda-feira conferiu-lhe carácter de urgência.

A agenda inclui a discussão da realização das eleições nos territórios zulus, e a espiral de violência que ali causa dezenas de mortos todas as semanas. É provável no entanto que o Governo venha a decretar antes o estado de emergência no Natal-Kwazulu se aprovar a resolução que o Conselho Executivo de Transição (TEC) ontem apresentou nesse sentido. O TEC é um organismo dotado de um direito de supervisão da actividade do executivo.

Apesar de alguns tiros terem sido disparados, ontem, de uma carrinha em movimento, contra a sede do ANC, jornalistas testemunharam o regresso de Joanesburgo ao seu habitual ritmo de vida. Os charcos de sangue da violência da véspera fo-

PÚBLICO, 30.3.94

ram lavados das ruas a três dezenas de ruas por onde passou a morte, do jardim e da escadaria da Biblioteca, das ruas onde se situa a sede do ANC e da Comissão Eleitoral Independente, que prepara as eleições de Abril.

Segundo um novo balanço das autoridades, citado pela Reuter, a marcha dos zulus pelo seu rei e contra as eleições de 26 a 28 de Abril, que não querem, saldou-se pelo menos em 33 mortos e 156 feridos, no centro da cidade, e 18 mortos e 17 feridos no Soweto, cidade negra dos arredores da metrópole. Fontes da agência France Presse apontam para 31 mortos e 300 feridos na cidade.

Acusações de conspiração

O dia acabou ontem sem uma explicação sobre o que se passou. Sabe-se que a madrugada de segunda-feira começou logo com vítimas, que de repente alguém começou a disparar, que os corpos foram caindo e que o pânico e a confusão se instalaram, com todos a dispararem contra todos pistolas, caçadeiras, armas automáticas.

O Inkatha garante que foram atiradores do ANC que começaram a disparar dos telhados. O ANC acusa o Inkatha de ter querido invadir a sua sede, e a polícia de não ter proibido a marcha. "O nosso pessoal de segurança comportou-se com impecável contenção e paciência face à extrema provocação, disparando apenas quando vidas estavam ameaçadas", disse o presidente nacional do ANC, Thabo Mbeki, citado pela Lusa. As autoridades continuavam ontem sem saber nada.

Para saber alguma coisa, esperava-se uma operação de busca à sede do ANC, em frente da qual morreram nove pessoas. As autoridades anunciaram a acção e cercaram o edifício, mas a operação foi cancelada no último minuto. Embora sem as in-

vestigações terminadas, o poder sul-africano (Partido Nacional) apontou o dedo aos dirigentes zulus. Frederik de Klerk acusou os "organizadores" da manifestação, e o ministro da Lei e da Ordem, Hernus Kriel, nomeou mesmo o Inkatha. Este respondeu que apoiou a marcha mas que não a organizou, e, em declarações aos jornalistas, acusou mesmo o ANC de ter "planeado o massacre".

No rescaldo do drama, a ideia de uma conspiração contra o processo de democratização política sul-africana preencheu o espaço entre as mútuas recriminações. No meio destas aparece um nome, o de Themba Khoza, citado por Mbeki, numa informação da Lusa, como o organizador da manifestação. O texto recorda que Khoza foi identificado por funcionários da Comissão Permanente da Violência Pública, presidida pelo juiz Richard Goldstone, como o principal contacto de alguns generais da polícia sul-africana.

A existência de uma "terceira força" foi implicitamente admitida há uma semana pela comissão de Goldstone. O "Washington Post" retomou ontem a tese, sublinhando estreitos contactos entre uma dezena de oficiais da polícia e membros do Inkatha, nomeadamente Buthelezi, que é também o ministro da polícia do Kwazulu. A descoberta embaçou De Klerk que vinha desmentido a ideia, esgrimida pelo ANC. Os generais foram suspensos das suas funções, mas Buthelezi não afastou Khoza.

Os zulus, enfadados no último dos bantustões negros ainda de pé, o Kwazulu, rejeitam a Constituição que deverá vigorar, a partir das eleições, durante cinco anos, onde a soberania de Goodwill Zwelithini não é reconhecida em lado nenhum. Adiantando-se à entrada em vigor do diploma, o rei decretou há mais de uma semana a "soberania" dos territórios zulus tradicionais, e desde então os mortos aumentaram no Natal-Kwazulu: 157 em 12 dias. Mais de dez mil pessoas morreram na região nos últimos dez anos. ■

Continuação da pág. 7

Duelo de fogo na Baixa de Joanesburgo

ta para 150 o número de vítimas mortais desde que o rei zulu decretou, em 18 de Março, a "soberania" do seu bantustão, e reafirmou o boicote ao sufrágio do próximo mês.

A manifestação zulu ocorreu três dias depois de o ANC ter feito desfilar os seus simpatizantes pelas ruas de Durban, província do Natal, numa evidente manifestação de força, enquanto o Inkatha verberava a iniciativa como anunciadora de um processo semelhante aos que derrubaram os bantustões do Bophutatswana e Ciskei, e mostrava a sua determinação em resistir pelas armas.

A recusa das autoridades zulus em aceitarem as eleições radica na adivinhada perda de autonomia do orgulhoso povo do lendário Shaka, o soberano zulu do século XIX, com o desmembramento do regi-

me do bantustões e a consequente unificação de todo o território nacional sul-africano.

Os zulus, que são cerca de oito milhões de pessoas, constituindo 22 por cento da população do país, e que foram o único povo da África Austral a resistir com sucesso a britânicos, holandeses e franceses, até serem submetidos em 1887, nunca deixaram de acalentar o sonho de uma autonomia.

Com o fim do "apartheid" e o desmembramento do regime dos bantustões, protagonizados antes do mais pelo ANC, tornou-se mais fundo o fosso entre as duas organizações, com os zulus, que são 80 por cento da população do Natal e do Kwazulu (onde as sondagens conferem 51 por cento das intenções de voto ao ANC e apenas 23 por cento ao Inkatha), a recusarem a perda da autonomia mínima que tinham. ■

ANGOLANOS SUSPENDEM NEGOCIAÇÕES — Sem terem conseguido qualquer consenso sobre os cinco pontos cruciais para a paz em Angola, entre os quais a partilha do poder, Governo angolano e UNITA suspenderam ontem, para "evitar uma ruptura total", as negociações iniciadas há quatro meses em Lusaka. Sob proposta do mediador das Nações Unidas, Aboune Blondin Beye, os negociadores das duas partes passaram à discussão da organização da segunda volta da eleição presidencial, um dos últimos pontos previstos na presente ronda. O Governo ofereceu à UNITA quatro cargos de ministro, seis de vice-ministro, seis embaixadas, três governos provinciais, excluindo Huambo, onde se encontra o quartel-general da organização rebelde, 20 administradores municipais, 35 adjuntos e 45 administradores comunais. A UNITA quer mais pastas e o governo do Huambo. Discorda ainda do estatuto da rádio do movimento e quer ver clarificada a situação dos 70 deputados da organização à Assembleia Nacional e dos bens nacionais sob seu controlo. PÚBLICO, 29.3.94

Chissano candidato à Presidência, Governo deve mudar

Frelimo define estratégia eleitoral

PÚBLICO, 30 3 94

José Pinto de Sá
em Maputo

O comité central da Frelimo reuniu-se, pela primeira vez em dois anos, para discutir a estratégia do partido para as eleições de Outubro. Chissano viu confirmada a sua candidatura às presidenciais, mas teve que abandonar o Governo ao seu triste (e merecido) destino.

A participação do actual chefe de Estado moçambicano na próxima corrida eleitoral foi oficializada na segunda-feira, na conclusão dos trabalhos da quarta sessão do comité central da Frelimo, que decorreu durante toda a semana passada na escola de quadros do partido, na Matola, cidade-satélite da capital.

Sublinhando o carácter consensual da recandidatura de Chissano no momento em que a Frelimo se prepara para en-

frentar a sua primeira batalha eleitoral, a resolução do comité central sobre o assunto considera o seu candidato como "o garante da manutenção da paz, da normalização da vida, da consolidação da democracia, do reforço da unidade nacional, da promoção da justiça social e do progresso".

Fiel às suas tradições, aquele órgão da Frelimo reuniu à porta fechada e a comunicação social apenas teve acesso ao local nas sessões de abertura e de encerramento.

No dia 21, depois de dar início aos trabalhos, foi o próprio Presidente Chissano que convidou os jornalistas a abandonarem a sala. Comentou: "Há pessoas que passam por jornalistas enquanto são espíes. E só para depois entrarem nas nossas casas e violarem a nossa correspondência privada".

Joaquim Chissano manifestava assim o seu desagrado por ter sido publicada pelo semanário independente "Savana" uma polémica carta que lhe foi enviada pelo embaixador de Moçambique na ONU, propondo uma lista de quadros da etnia sena para cargos governativos.

Remodelação pré-eleitoral

A reunião do comité central acabou afinal por confirmar os rumores suscitados pela referi-

da carta. Observadores políticos em Maputo dão agora como certa a formação de um novo gabinete Frelimo antes das eleições, com caras novas e maior equilíbrio na representação dos diversos grupos tribais.

Durante a reunião, a Frelimo terá lavado "muita roupa suja" e a remodelação ministerial surgiu como condição necessária para o partido se apresentar às eleições "com roupa nova", conforme a exigência das bases.

O actual executivo, basicamente imutável há mais de sete anos, é visto com grande impopularidade a todos os níveis da vida nacional, e a sua longevidade vinha sendo atribuída à alegada relutância de Chissano em mexer no Governo antes do escrutínio, cioso de preservar a unidade partidária.

Agora, contudo, a queda do Governo parece inevitável. A sua continuidade no poder não deixaria de trazer aos debates pré-eleitorais as repisadas críticas de inoperância, regionalismo e corrupção, manchando Chissano e toda a Frelimo.

Além de definir as linhas mestras da estratégia eleitoral frelimista, a reunião analisou ainda o actual estado do processo de paz, bem como

uma proposta do programa quinquenal do Governo para depois das eleições.

No entanto, a única coisa certa sobre o futuro executivo é que não será constituído pelas desgastadas figuras do actual.

A proposta de formação de um governo de unidade nacional para gerir o país durante um período pós-eleitoral, apadrinhada por toda a oposição, continuou sem resposta da Frelimo. O chefe do Gabinete de Eleições do partido, Mariano Matsinhe, considerou "prematuro" discutir "se existe ou não necessidade" de um elenco governativo integrando a oposição.

A situação de emergência criada pela passagem da depressão tropical Nádia foi objecto de uma resolução do comité central, pedindo auxílio internacional e instando o Governo a "dar maior atenção e acompanhamento à situação". O ciclone, que desde quinta-feira assola a costa norte do país, já deixou 28 mortos, centenas de feridos e desaparecidos e milhão e meio de pessoas sem abrigo, além de danos materiais enormes, particularmente nas cidades de Nacala e Nampula. ■

Diálogo continua

PÚBLICO, 30 3 94

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA reuniram-se ontem à tarde, em Lusaca, a sós, para debaterem a questão da realização da segunda volta das eleições presidenciais.

Uma fonte próxima das conversações da capital da Zâmbia, citada pela Lusa, disse que o encontro entre as duas partes ocorreu a pedido do mediador das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye.

O diplomata maliano e os representantes da "troika" de observadores (Estados Unidos, Portugal e Rússia) tinham-se reunido an-

tes, em separado, com as delegações do Governo e da UNITA.

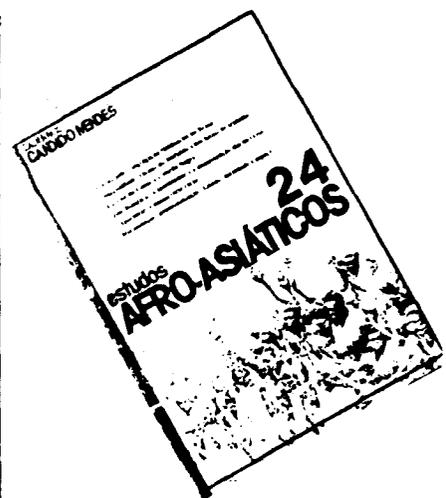
A continuação do diálogo entre os beligerantes foi confirmada quer por Luanda quer pela organização rebelde, depois de uma fonte diplomática ter afirmado, segunda-feira à tarde, em Lusaka, que as mesmas tinham sido suspensas, quando na verdade os negociadores tinham apenas concordado em adiar um dos itens — a partilha do Governo — para "evitar uma ruptura total" do diálogo.

As negociações parecem não impedir entretanto as operações militares. Dois batalhões governamentais dirigidos pelo comandante da frente do Cuanza-Sul lançaram entretanto uma ofensiva de grande envergadura no município de Quibala, sob

controlo da UNITA, afirmou a Vorgan, a emissora desta organização.

"O tenente-general Antas e os seus homens efectuam ataques a Quibala a partir da localidade de Conde, que dista 40 quilómetros do objectivo, onde abriram três eixos, na Gabela, Waku-Kungo e Ebo", disse a rádio da UNITA.

A ausência de uma solução negociada pelos beligerantes angolanos para o conflito não impede entretanto a África do Sul de fazer contas à vida. O representante sul-africano em Luanda, Roger Trammer, visitou ontem as regiões diamantíferas da Lunda-Norte, deslocação que explicou, segundo a Lusa, "para estabelecer laços de futuras relações económicas estreitas com este país". ■



FAÇA JÁ
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Privatizações em privado

PÚBLICO, 30 3 94

DISCRETAMENTE, o Governo moçambicano já reprivatizou a quase totalidade das empresas estatizadas pelo Poder Popular. A oposição, porém, contesta os métodos utilizados, denuncia alegados compadrios políticos e exige mecanismos que lhe permitam controlar todo o processo.

Nos últimos cinco anos, o executivo de Maputo privatizou 90 por cento das empresas estatais ou sob controlo do Estado, metade das quais sem qualquer concurso público.

A agência informativa AIM, ainda estatal, revelou na semana passada que já foram privatizadas 272 das mais de 300 empresas controladas pelo Estado, desde que foi aprovada a legislação para o efeito, em Maio de 1989. Desse número, apenas 130 foram alienadas através de concursos. O processo de privatização das restantes empresas decorreu "por negociações ou sancionamento", segundo a mesma fonte.

Desejosa de controlar as operações, a Renamo propôs ao Governo a criação de um Conselho

Económico e Social, que integre a oposição e que deveria, entre outras atribuições, "ratificar os actos praticados nos processos de privatização". Apesar de a ideia ter sido rejeitada peremptoriamente pelo presidente Chissano, por ocasião das conversações com Dhlakama, em Setembro, não foi posta de parte. Fontes próximas da presidência da Renamo revelaram ao PÚBLICO que o movimento tenciona voltar em breve à carga.

As empresas estatais moçambicanas estão a ser alienadas em 80 e 100 por cento, respectivamente, conforme sejam adquiridas ou não por sociedades anónimas. No primeiro caso, retêm 20 por cento das acções, "em nome de alguns trabalhadores considerados vitais".

Para a oposição, que tem criticado asperamente a alegada corrupção e compadrio no processo de privatizações, o Governo favorece desse modo os seus antigos gestores estatais em troca de fidelidade política à Frelimo. José Massinga, presidente do Panade

(Partido Nacional Democrático, da oposição não armada), considera que, com as eleições à vista, "neste momento, a Frelimo está a jogar com tudo, a ver se ganha gente a seu favor". "No Panade estamos contra esta não transparência que faz das coisas do país a propriedade privada de determinados responsáveis da Frelimo", disse ao PÚBLICO o dirigente nacional-democrata.

O Governo nega as acusações, garantindo que, em todo o mecanismo das privatizações, "o objectivo é transparência e seriedade". O inspector do Departamento do Património do Estado (Depae), João Correia, afirmou que a principal preocupação consiste em encontrar parceiros capazes de manter, desenvolver e ampliar a actividade das empresas.

Sem divulgar cifras, o inspector do Depae sublinhou que os cofres do Estado pouco têm lucrado com o processo, já que "as empresas, na sua maioria fábricas, têm o equipamento obsoleto e sem manutenção. Além disso,

estão todas elas em situação de endividamento".

José Massinga considera que todo o processo deveria ter passado por concursos públicos. Interrogado-se sobre os critérios adoptados e sobre "o destino dado ao dinheiro", o líder do Panade pediu ao Governo que divulgue toda a documentação sobre as transacções já efectuadas.

Embora o Depae afirme que apenas 14 empresas estatais "foram adquiridas por entidades estrangeiras", Massinga suspeita de que esse número esteja muito aquém da realidade: "Estamos a ver o nosso país, as nossas empresas e as nossas casas a passarem para as mãos de estrangeiros, sem percebermos para onde vai o dinheiro."

Segundo a AIM, o Governo tem tentado evitar que as privatizações sejam seguidas de vagas de despedimentos, "embora não se exclua a hipótese" de tal vir a acontecer. Segundo Soares Nhaca, secretário-geral da central sindical OTM, no sector industrial vive-se actualmente "uma crise sem precedentes", cuja responsabilidade ele atribui à "descapitalização, má gestão e obsolescência do equipamento". ■ J.P.S.

EUA insistem em Outubro

PÚBLICO, 30 3 94

O EMBAIXADOR dos Estados Unidos em Maputo defendeu ontem a realização das eleições moçambicanas em Outubro, mesmo que as Forças Armadas não estejam inteiramente formadas. Num conferência de imprensa, David Jett considerou que, nessa altura, "o treino do novo exército e a desmobilização terão ido suficientemente longe para que as eleições sejam possíveis".

"Se todos os 30 mil homens estarão prontos — acrescentou o embaixador, citado pela agência Lusa — é uma questão em aberto, mas não penso que seja essencial que a força de 30 mil homens esteja pronta".

Jett fazia o balanço da visita de um dia a Moçambique da representante norte-americana nas Nações Unidas, Madeleine Albright, sublinhando que a mensagem deixada por

esta em Maputo foi a de que "é essencial" que as eleições sejam realizadas em Outubro.

O Presidente Joaquim Chissano terá dito à diplomata norte-americana que estará "próximo" de marcar a data das eleições, aguardando uma recomendação da Comissão Nacional de Eleições.

O embaixador David Jett afirmou que a falta de fundos para organizar o acto eleitoral não poderá ser alegada como

justificação para o seu adiamento, pois as despesas previstas são de 60 milhões de dólares e 56 milhões serão entregues pela comunidade internacional.

Os Estados Unidos — adiantou — gostariam, por outro lado, de ver reduzido "num futuro próximo" o número de soldados das Nações Unidas em Moçambique. Há mais de seis mil soldados da ONU no país e o número aumentará com a chegada, aprovada em Fevereiro, do contingente policial, com 1144 elementos. ■

Militares portugueses impediram pilhagens

PÚBLICO, 31 3 94

Nádia devastou o norte de Moçambique

José Pinto de Sá,
em Maputo

O ciclone Nádia, que durante a última semana assolou o litoral norte de Moçambique, deixou atrás de si um rasto de morte e destruição. Em Nacala, foram militares portugueses que evitaram a pilhagem

da cidade, devassada pelos elementos.

Números provisórios indicam que a depressão tropical causou 32 mortos, centenas de feridos e um milhão e meio de desalojados, para além de incalculáveis danos materiais.

Oriundo de Madagascar, o ciclone começou a fazer-se sentir quarta-feira à tarde na

costa moçambicana, atingindo primeiramente o litoral da província nortenha de Nampula. Contudo, foi durante a noite seguinte que a situação se deteriorou. A partir das dez horas a região foi fustigada por ventos de sueste com rajadas até 35 nós, trovoadas e intensos aguaceiros.

Na sexta-feira, após uma noite de pesadelo, as cidades de Nampula e Nacala amanheceram sem energia eléctrica nem água canalizada, sem telefone nem telegrafo. Os ae-

roportos estavam impraticáveis e as duas cidades tinham as ligações cortadas, tanto por estrada como por ferrovia.

Na capital provincial, Nampula, o ciclone danificou dramaticamente toda a zona suburbana, de construção precária, destruindo mais de quatro mil fogos. Nas instalações da companhia de transmissões portuguesa afecta à ONUMAZ

Continua na pág. 11

ANC quer estado de emergência

PÚBLICO, 31 3 94

O SECRETÁRIO-GERAL do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, exigiu ontem a instauração imediata do estado de emergência na província do Natal e no território negro do KwaZulu. Em declarações a uma rádio privada a "702", Ramaphosa afirmou ser evidente que o chefe do KwaZulu e do Partido da Liberdade Inkhata, Mangosuthu Buthelezi, pretende "arrastar o país para um

banho de sangue".

No KwaZulu-Natal, novas acções de violência elevaram ontem a 170 o número de mortos desde que o rei dos zulus proclamou a soberania da região, em 18 de Março. Pouco depois da entrevista de Ramaphosa, cinco membros do ANC foram mortos em Kwamashu, um dos subúrbios negros do porto de Durban, e noutros incidentes registaram-se mais quatro mortos.

A instauração do estado de emergência foi preconizada na terça-feira pelo Conselho Executivo de Transição (TEC), o organismo multipartidário que supervisa até às eleições de 26 a 28 de Abril a acção do executivo do Presidente Frederik de Klerk.

Em Durban, várias centenas de funcionários do Kwa-

Zulu manifestaram-se para exigir que o governo e o TEC assumam rapidamente o controlo da administração local e que o exército seja deslocado para a região.

O KwaZulu é um território autónomo constituído por dez parcelas encravadas na província do Natal. O seu líder, Buthelezi, rejeita as eleições, afirmando que a Constituição que estas consagrará não reconhece aos zulus nenhuma autonomia.

Falando da manifestação zulu de segunda-feira que degenerou em violência no centro de Joanesburgo, provocando 53 mortos, Buthelezi observou que, a menos que as eleições sejam adiadas, estes incidentes marcavam "o começo de uma luta final, até à morte", entre a nação zulu e o

ANC.

Uma eventual declaração do estado de emergência no KwaZulu-Natal daria às forças de segurança poderes alargados em matéria de prisões, buscas e apreensões.

Desde 1990, o governo tem recorrido com frequência à figura de "zonas de problemas", cuja imposição no KwaZulu-Natal o TEC também preconizou. Na prática, os efeitos são os mesmos do estado de emergência, mas só se aplicam a locais específicos.

Na segunda-feira, por exemplo, onze circunscrições da região de Pretória-Joanesburgo foram declaradas "zonas de problemas" e, de imediato, foram proibidas as manifestações marcadas para ontem e hoje, que podiam originar novos confrontos. ■

Bissau a três meses de eleições

PÚBLICO, 31 3 94

AS ELEIÇÕES legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau, inicialmente marcadas para o passado domingo, não se realizarão antes do fim da segunda quinzena de Junho, face aos atrasos sucessivos no processo eleitoral. A data só será anunciada quando se concluir o recenseamento, actualmente suspenso, mas a lei em vigor torna claro que será tecnicamente impossível realizar o escrutínio antes da época das chuvas, escreve o correspondente da agência Lusa. A situação deixa em aberto a possibilidade de um adiamento do acto eleitoral para Novembro. É que a época das chuvas, entre Junho e Outubro, praticamente paralisa a economia do país, sobretudo no sul e no leste, o que aliado às deficientes vias de comunicação implicaria uma taxa de participação bastante baixa, para não falar das dificuldades nas operações de recolha e contagem de votos. ■

Parlamento investiga corrupção

EXPRESSO, 1 4 93

O CRESCENTE envolvimento de figuras públicas em escândalos de corrupção deverá levar em breve o Parlamento angolano a criar uma comissão de combate à corrupção, uma versão angolana das comissões parlamentares de inquérito brasileiras. A comissão será dirigida pelo deputado Roberto de Almeida, tido como um dos principais responsáveis pela denúncia do tráfico de influências envolvendo ministros e generais do Exército, que fundaram empresas privadas à custa do crédito público constituindo-se como vendedores (na condição de empresários particulares) e compradores (na condição de funcionários públicos) de bens e serviços para o Estado e Forças Armadas.

«A criação de uma comissão de combate à corrupção é um imperativo moral inadiável, para ver se ainda vamos a tempo de pôr ordem no circo, nem que para isso tenhamos que seguir os exemplos do Brasil e da Itália», disse ao EXPRESSO um deputado, depois de Lúcio Lara, um dos históricos do MPLA e uma das poucas «reservas morais» do regime, se ter revelado, na última sessão do Parlamento, «arrepiado» com a impunidade de que gozam os corruptos em Angola.

A pressão a que está a ser submetido o poder por causa da corrupção galopante acabou por forçar recentemente o Presidente Eduardo dos San-

tos a demitir o ministro da Reinserção Social, Norberto dos Santos, e o ministro da Administração do Território, António Paulo Kassoma. O primeiro, sócio do empresário António Mosquito Ambakassy, foi alegadamente demitido depois de alguns empresários franceses terem mostrado a Eduardo dos Santos, na sua recente deslocação a Paris, a lista de inúmeros intermediários envolvidos na venda ao Ministério da Reinserção Social de 1200 toneladas de feijão impróprio para consumo, destinado às populações deslocadas e refugiadas. Esta operação, de acordo com documentos a que o EXPRESSO teve acesso, causou prejuízos ao Estado superiores a 300 mil dólares.

Quanto a António Paulo Kassoma, ex-ministro da Administração do Território, é tido como uma das maiores fortunas do país, alegadamente alcançada também através de supostos negócios subterrâneos com o Estado, envolvendo a firma que tem o seu próprio nome: APK.

Um outro assunto que os deputados gostariam de esclarecer é o desvio de cerca de 50 milhões de dólares destinados à compra de armas e mercadorias para os serviços de logística militar. Os produtos nunca chegaram, o que

Continuação da pág. 10

Nádia devastou o norte de Moçambique

os estragos foram avultados, mas não se registaram feridos. Quase todas as tendas foram derrubadas pelo ciclone, que afectou temporariamente as telecomunicações inter-regionais dos capacetes azuis.

A cidade portuária de Nacala foi a maior vítima da fúria do Nádia. O edifício da capitania e uma parte do molhe foram destruídos pela força das vagas, que também afundou um cargueiro, dois rebocadores e dezenas de barcos de pesca artesanal, paralisou os guindastes e destelhou os sete armazéns do porto.

Aproveitando-se da situação caótica, grupos de populações empreenderam a pilhagem de armazém, que só foi impedida pela acção de comandos portugueses. Aqueles militares, que se encontram em Nacala treinando o futuro exército unificado moçambicano, foram chamados a assegurar a manutenção da ordem pública dada a total inoperância da polícia. Nas instalações dos militares portugueses registaram-se também elevados prejuízos materiais, incluindo a

perda de uma antena parabólica, desfeita pelo vento.

Entretanto, as autoridades sanitárias receiam que a carência de água potável origine surtos de cólera. A doutora Inês Fernandez confirmou que o Hospital Geral de Nacala "está completamente abarrotado e os doentes estão praticamente ao relento, não havendo meios alternativos para transferi-los".

No campo, os efeitos foram igualmente devastadores. Setenta e cinco por cento das culturas da região são dadas como perdidas, incluindo 50 mil cajueiros derrubados pelo vendaval, que também deitou abaixo dezenas de torres de transporte de energia eléctrica oriunda de Cahora-Bassa.

Ontem, quando os restos do ciclone ainda importunavam as costas de Sofala, o diário maputense "Notícias" informava laconicamente que na Ilha de Moçambique, recentemente declarada património histórico da Humanidade, "grande parte das infra-estruturas desabou". ■

Continua na pág. 12

Dirigente da Renamo quer Governo de Reconciliação

O CHEFE do departamento da Renamo para os Assuntos Políticos, general Raul Domingos, afirmou ao PÚBLICO, em Lisboa, que o seu partido defende a formação em Moçambique, após as eleições, de um autêntico Governo de Reconciliação Nacional, como garantia de estabilidade.

Domingos, de 37 anos, que veio a Portugal preparar a visita que o líder da oposição moçambicana, Afonso Dhlakama, aqui efectua de 21 a 24 deste mês, afirmou-nos que a Renamo procura conseguir 70 por cento dos votos expressos nas presidenciais e legislativas marcadas para Outubro próximo. Mas que, fique ou não no primeiro lugar, defende sempre a ideia de um Governo conjunto com a Frelimo e com mais algum partido que eventualmente consiga uma boa votação, de entre o total de 17 formações legalmente existentes.

Revelando-se um homem moderado, muito longe do radicalismo que no passado foi muitas vezes considerado apanágio do movimento de guerrilha que colocou em xeque o regime de Samora Machel e de Joaquim Chissano, o chefe da delegação da Renamo que em Roma negociou a paz de-

fendeu com afinco a total reconciliação dos antigos inimigos.

"Qualquer democracia é frágil nos seus primeiros anos", alegou Domingos, ao expor a tese de que qualquer governo pós-eleitoral não poderá deixar de ter por base uma concertação entre a Frelimo e a Renamo, como aliás vai acontecer na vizinha África do Sul, onde o futuro assenta no entendimento conseguido entre o Partido Nacional e o ANC.

"Angola e Moçambique sempre estiveram muito distantes", sublinhou, ao confirmar que o modelo preconizado para o seu país é muito mais semelhante ao negociado entre Frederik de Klerk e Nelson Mandela do que à vivência angolana pós-Bicesse; e ao manter as distâncias que a Renamo sempre desejou manifestar em relação à UNITA.

"Não pretendemos dramatizar os atrasos eventualmente existentes na formação do Exército único nem a questão das minas", afirmou Domingos, em defesa da tese de que as primeiras eleições livres moçambicanas ainda podem ser mesmo este ano, apesar de todos os acidentes de percurso.

O que o preocupa é, sobretudo,

do, o atraso no envio do contingente policial de 1114 homens que foi prometido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e que impediria que a polícia local actuasse mais de acordo com critérios políticos do que técnicos. Ou seja, no seu entender, que se transformasse num instrumento da Frelimo; ou que se mantivesse como tal, não assumindo agora um carácter diferente daquele que teve no passado.

"Uma participação portuguesa no contingente policial da ONU seria aceitável. Seria de considerar, por várias razões. São preferíveis os portugueses aos paquistaneses. Portugal conhece o terreno, os usos e os costumes das nossas gentes. E nos últimos anos evoluiu muito em termos de capacidade técnica da sua polícia", declarou Raul Domingos na sua entrevista ao PÚBLICO.

"Há condições teóricas para que as eleições sejam livres e justas, mas sem uma devida presença internacional não conseguimos evitar que alguns dos excedentes das antigas Forças Armadas da Frelimo passem para a polícia", observou.

Confrontado com as sondagens que dão alguma vantagem

eleitoral ao partido que desde 1975 se encontra no poder, comentou que os órgãos que as divulgam, como a Rádio Moçambique, ainda são controlados pelo partido de Chissano; e insistiu em que — à medida que se aproxima o dia da ida às urnas — a Renamo ganha terreno em termos de aceitação popular, quando ainda há alguns meses não se lhe reconhecia a hipótese de ir muito acima dos 25 por cento.

Raul Domingos, natural de Mutarara, na província de Tete, entende que a transformação da Renamo de movimento de guerrilha em partido político requeria muito mais dinheiro por parte da comunidade internacional, mas que mesmo sem as verbas necessárias para tal o grupo será capaz de se bater taco a taco com a Frelimo e até, provavelmente, de derrotar.

Embora reconheça que ainda não existem grandes apoios internacionais para o seu partido, observa que a receptividade já está a aumentar, designadamente nos Estados Unidos, que Dhlakama deverá visitar dentro de um ou dois meses. ■ J.M.

Continuação da pág. 11

Parlamento investiga corrupção

abrigou as FAA a recorrerem ao mercado paralelo.

O antigo vice-chefe de Estado Maior das FAA para a logística e infra-estruturas, general Afonso Garcia, «Led», também demitido, é acusado de se ter envolvido, de acordo com uma fonte do Ministério da Defesa, em negócios ilícitos relacionados com a reconstrução de quartéis e a compra de viaturas, de convivência com uma conhecida construtora portuguesa, para além de favorecer empresas estrangeiras em detrimento de firmas angolanas.

«Nunca antes tantos militares de alta patente enriqueceram com semelhante facilidade em tão curto espaço de tempo», disse Daniel André, um comerciante que vende produtos alimentares ao Exército. E explica porque: na esteira do enriquecimento ilícito de generais, oficiais intermédios ligados à logística dos diversos ramos das FAA, seguindo-lhes o exemplo, enveredaram pela comercialização de cheques e ordens de saque bancário contra a entrega de facturas falsas de fornecimento de mercadorias. Uma vez recebido o dinheiro, o comerciante entrega ao militar 80 por cento do total, reservando para si uma

comissão de 20 por cento. A situação chegou a tal ponto que funcionários e oficiais encarregues da compra da mercadoria para as FAA passaram a solicitar abertamente aos fornecedores angolanos ou estrangeiros aumentos, frequentemente exorbitantes, dos preços dos produtos. «Por vezes, é difícil fazer compreender a alguns angolanos que as regras do mercado internacional impõem margens de facturação limitadas», comentou um empresário suíço, vendedor habitual de farinha de trigo às FAA.

«Mas se a guerra está a ser um negócio para alguns oficiais do Exército governamental, é-o também para algumas altas patentes da UNITA, mergulhadas no garimpo desenfreado de diamantes», disse outra fonte. As zonas diamantíferas das Lundas são agora, com efeito, o «El Dorado» dos militares fiéis a Savimbi, e a forma desmedida como se entregam ao saque das pedras preciosas faz com que os luandenses afirmem estar em curso uma maratona para ver qual das duas partes bate o recorde nacional de corrupção.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Recriminações em Angola

PÚBLICO, 1.4.94

A FORÇA Aérea angolana bombardeou nos dias 28 e 29 de Março várias localidades da província da Lunda-Sul, causando pelo menos 47 mortos e 13 feridos, acusou ontem a Vorgan, a emissora oficial da UNITA que emite da Jamba, citada pela Lusa. Os caças-bombardeiros de Luanda arrasaram o município de Mona-Quimundo e as comunas de Lujata e Chepalala. Por sua vez, o Jornal de Angola, citado pela Reuter, acusou a UNITA de bombardear Malanje, levando o Programa Alimentar Mundial a adiar voos humanitários para a cidade. Entretanto a organização de Jonas Savimbi escreveu ao secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, queixando-se de que o Governo prolonga as negociações de Lusaca para as levar eventualmente ao fracasso. O diálogo, que no início da semana saltou, por sugestão do mediador da ONU, Alioune Beye, um dos pontos da agenda, para evitar o "fracasso" da ronda da capital da Zâmbia, não registou até agora qualquer progresso assinalável. ■

BOMBARDEAMENTOS NO SOYO — Desde há dias que as Forças Armadas Angolanas bombardeiam a base petrolífera do Soyo, controlada pela UNITA, disse a agência France Presse ter sabido ontem a partir de fontes não especificadas da província de Cabinda, que se situa mais a norte, do outro lado do rio Zaire. Em Luanda não houve quem confirmasse a informação, segundo a qual a Força Aérea teria causado numerosas vítimas entre os homens da UNITA e os civis do Soyo. É mais um episódio da guerra que desde finais de 1992 se reacendeu em Angola e que é paga pelo petróleo de Cabinda e Soyo e pelos diamantes das Lundas. Entretanto, em Lusaca tenta-se há cinco meses ressuscitar os acordos de paz que há três anos haviam sido conseguidos na localidade portuguesa de Bicesse, concelho de Caacais. PÚBLICO, 3.4.94

MINAS VITIMARAM MAIS DE 10.000 MOÇAMBICANOS — As minas antipessoal fizeram mais de 10.000 mortos e feridos em Moçambique, na sua maior parte civis, disse ontem à noite em Washington a organização norte-americana Human Rights Watch, que lamentou a lentidão da desminagem e a atribuiu tanto às divergências entre as autoridades de Maputo e a Renamo como aos "burocratas das Nações Unidas". Se as operações não se intensificarem, acrescentou, a lista das vítimas tende a aumentar de maneira dramática, com o regresso às suas aldeias de muitas pessoas deslocadas, algumas delas até agora refugiadas no estrangeiro. PÚBLICO, 3.4.94

Sul de Moçambique repleto de sul-africanos é sinal de que a guerra acabou

Regresso ao passado à beira do Índico

José Pinto de Sá
em Maputo

O recenseamento para as primeiras eleições livres moçambicanas começa a 1 de Junho, foi anunciado neste fim-de-semana. Numa altura em que o país está a ser "invadido" por dezenas de milhares de sul-africanos. Não trazem armas, mas sim sorrisos e muitos randes.

Um dos indícios mais claros até à data de que a guerra civil acabou mesmo em Moçambique e de que este território poderá enfim reassumir a sua vocação de enorme campo de férias à beira do Índico, 60 mil cidadãos da África do Sul pe-

diram visto para neste mês viajar até Maputo. Muitos ainda guardam gratas recordações da antiga Lourenço Marques.

Antes de 1975, data da proclamação da independência, os "bifes", como então eram chamados localmente os sul-africanos, invadiam regularmente as praias e cidades do Sul do país, injectando anualmente milhões de randes na economia. Ponta do Ouro, Ponta Malongane, ilha da Inhaca, São Martinho do Bilene, Tofo e outras instâncias eram nomes de sonho para os fazendeiros do Transvaal e para tantos outros cidadãos da África do Sul.

Depois, porém, com o radicalismo de muitos quadros da Frelimo, os "bifes" passaram a ser acintosamente designados de "boers" e a ser vistos como um inimigo, que patrocinava a desestabilização do regime e estava por trás da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). De modo que as fronteiras se fecharam e o país viveu no isolamento durante quase duas décadas, chegando ao ponto de ocupar o top negro da ONU como país com maior índice de sofrimento do mundo.

O regresso dos turistas já se esboçava nos dois últimos anos, desde que em Roma se negociou

um acordo de paz para Moçambique. Mas, desta vez, a insegurança no seu próprio país e que contribuiu para que muitos sul-africanos esquecessem as reservas que ainda mantinham em relação aos resquícios do Poder Popular e viessem em força até à terra onde nos anos vinte haviam ajudado a erguer uma instituição tão inesquecível como o Hotel Polana, decerto um dos mais encantadores de toda a África.

A vontade de estar longe de eventuais surtos de violência que possam assinalar as próximas eleições na África do Sul (ver pág. 13) foi uma das causas da "invasão" que principiou durante a Semana Santa e que tende a prolongar-se pelo resto de Abril.

Da nova e alegre horda que percorre agora as estradas do Sul de Moçambique faz parte um razoável número de portugueses que outrora viveu em Lourenço Marques, João Belo (Xai-Xai), Inhambane e outras terras do vasto território, tendo-se transferido após a descolonização para as diversas províncias sul-africanas, nomeadamente Natal e Transvaal.

Nas longas filas de carros que avançaram durante o fim de semana a partir da fronteira, al-

guns não deixaram de tecer críticas às autoridades moçambicanas, que lhes pediram até 140 randes por cada visto (cerca de seis mil escudos), quando um cidadão de Moçambique nada paga para entrar na África do Sul. E no consulado em Joanesburgo as esperas têm sido desesperantes, pelo que Maputo vai abrir novos consulados em Durban, Cidade do Cabo e Nelspruit.

Apesar de tudo, casos de corrupção incluídos, é de crer que a tendência se amplie e que as terras calmas de Moçambique passem a ser um escape para as muitas tensões que se adivinham nos primeiros anos da nascente democracia multiracial sul-africana.

Durante o fim-de-semana, os visitantes compraram artesanato no Bazar de Maputo, comeram camarões regados com vinho português, conviveram com as beldades locais na Rua de Bagamoyo (a velha Rua Araújo dos tempos coloniais, espécie de Rua Nova do Carvalho, ao Cais do Sodré, em Lisboa) e aplaudiram ruidosamente "shows" de "strip-tease" executados por liras sul-africanas. ■

África do Sul: minoria silenciosa

EXPRESSO, 14.93

ANTÓNIO
DE FIGUEIREDO*

Os portugueses
no «mosaico»

HOUVE algo de profeticamente simbólico no facto de os portugueses, ao encontrarem o extremo sul da África, há mais de cinco séculos, terem hesitado sobre se lhe deviam chamar o Cabo das Tormentas ou da Boa Esperança. Ao fim duma longa e por vezes conturbada história de supremacia branca sobre a maioria negra, marcada por inúmeras dualidades de desespero e expectativa, só no processo de democratização nos últimos quatro anos já se registaram quase 15.000 mortes. A certo ponto da campanha para as primeiras eleições multi-raciais em fins de Abril, o Presidente De Klerk, tal como os navegadores do século XV, teria afirmado que a viragem para a democracia «não era para piegas». E, efectivamente, numa fase em que as razões da euforia de uns são a causa de pavor para outros, e que ninguém se atreveria a prever se as eleições resultarão numa admirável democracia, ou em mais uma conflagração com tão grande diversidade de atiradores como de alvos, os mais sensatos são talvez os que se preparam para o pior para evitar desilusões.

Ao fim de dezenas de anos de observação política e periódicas visitas à África Austral acaba por se constatar que, na sua heterogeneidade, a África do Sul é como que um mosaico de independências — isto é, os brancos congregados no Partido Nacional ex-Afrikaner não podem dispensar os negros na sua grande maioria reunidos pelo ANC, mas ambos precisam da cooperação de outros grupos, os indianos, os mistos, os zulus e outros ainda, incluindo os portugueses. E mesmo os que emergiram vitoriosos nas históricas eleições — em que o ANC é desde já o favorito — estarão confrontados por um dramático impasse político-económico de que a África do Sul só poderá sair com o apoio financeiro e o aval político da UE e dos Estados Unidos. Tal como no passado, o presente e o futuro imediato sul-africanos estão internacionalizados.

A comunidade emigrante portuguesa, apesar de ser a terceira mais numerosa, tem sido das menos relevantes e, de facto, a que só muito raramente se menciona quer nos milhares de livros que se têm escrito sobre a África do Sul ou na corrente situação em que as libertadas TV e imprensa, tal como Portugal nos meses que se seguiram a Abril de 1974, transformaram o país num palco de permanente debate. Mas assim que o governo sul-africano, em 1989, se preparava para a gradual revolução democrática multi-racial logo se reconheceu a necessidade de estudar melhor esta socialmente heterogénea comunidade formada, em partes quase iguais, por portugueses de várias regiões do continente e madeirenses, mas unida pela língua e comum religião católica.

Um inquérito, promovido pelo Instituto de Investigação Sociológica e Demográfica de Pretória, e significativamente intitulado «A adaptação à África do Sul e Atitudes sobre Re-emigração do País dos Emigrantes Portugueses», confirmou, cientificamente que a comunidade portuguesa era, de facto, o que mui-

tos frustrados jornalistas e observadores ao longo dos anos tinham constatado — isto é, uma espécie de «minoría silenciosa», insular, regra geral com uma vida dupla de dedicação e adaptação aos locais de trabalho, e uso do inglês ou afrikaner como línguas de serviço e comércio, e uma vida caseira, quanto muito, confinada às dezenas de associações recreativas e desportivas regionalistas, onde os filhos praticam português.

O relator C.D. Schutte, logo na introdução, enaltece assim a necessidade e a dificuldade do estudo: «Calcula-se que a comunidade portuguesa consista em cerca de 600.000 a 700.000 indivíduos. Isto faria dela a terceira maior distinguível comunidade de origem europeia, logo a seguir aos afrikaneres e aos sul-africanos de língua inglesa e também uma das maiores comunidades de expatriados portugueses no mundo. A colonização e comércio portugueses na África Austral, têm uma longa, variada e animada história que se estende por séculos. Apesar

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

África do Sul: minoria silenciosa

disto e do facto que os problemas políticos da África do Sul fazerem com que seja difícil para os emigrantes adaptarem-se, nenhum estudo extensivo e definitivo da comunidade portuguesa se fez até este ano, cinco séculos depois de Dias ter dobrado o cabo».

O inquérito efectivamente confirma que a comunidade portuguesa emigrou para trabalhar e não para «brilhar» ou contrariar a ordem vigente. Os inquiridos eram na maioria (84%) casados, estavam satisfeitos com as condições de vida (89%) e 63 por cento tinham dois ou três filhos; com admirável candura 97 por cento afirmaram que se sentiam bem na África do Sul e, ao contrário dos imigrantes de língua inglesa que em elevada percentagem optariam por re-emigrar para a Austrália, Canadá ou Nova Zelândia, a maioria dos portugueses retornaria à terra natal. E tudo indica que as poupanças, entretanto, à cautela, «repatriadas», retornariam à África do Sul caso a confiança se restabelecesse.

As razões deste generalizado conformismo, recentemente e por breve período perturbado pela insólita notícia da criação de um Luso-South African Party, cujos fundadores são também dirigentes da moderna Associação de Jovens Empresários Portugueses em muitos casos já nascidos ou educados na África do Sul, só se podem encontrar penetrando a cultura política empírica que a comunidade transmite oralmente numa língua que a grande maioria multirracial sul-africana considera

impenetrável. Nessa cultura prevalece a noção que, desde a admissão de Portugal à CE em 1986, a nacionalidade portuguesa politicamente se valorizou. As relações entre Portugal e a África do Sul, processam-se, como as dos outros países, sobretudo a nível oficial bilateral mas, no caso português, socialmente também através da imigração. Proporcionalmente à população total do país de origem, a comunidade portuguesa é a maior de qualquer país membro da UE, mas, mesmo assim, representa apenas cerca de um terço do total da comunidade de cerca de dois milhões de imigrantes da EU, um milhão dos quais de ascendência britânica, com direito a passaporte e retorno. Ora, numa altura em que um dos factores alegados por alguns dos países da UE para restrições à entrada de imigrantes doutras partes do mundo, é reservar espaço para contingentes de regresso de imigrantes europeus no resto do mundo, é natural que as implicações, por enquanto latentes, da integração e política externa comum da UE, se venham a fazer sentir. A «integração», afinal, não acaba na Europa.

Integração e interdependência

O que torna o corrente processo de democratização na África do Sul tão empolgante é que, efectivamente, neste país tão internacionalizado e que tantos descrevem como que um enclave do Primeiro Mundo no Terceiro Mundo, é o encadeado de interdependências e os reflexos

de modernas experiências político-sociais no mundo ocidental. Afinal, os antagonismos raciais entre negros e brancos raramente atingem os extremos de violência doutros conflitos étnico-culturais, quer entre grupos tribais ou políticos africanos, como no Uganda, Libéria ou em Angola ou em Moçambique, ou na própria África do Sul quer de fundamento religioso, como na Bósnia, Irlanda do Norte, Israel/Palestina ou Argélia onde, ao fim de trinta anos de independência, os estrangeiros que restam se vêem forçados a sair. A realidade, evidente nos Estados Unidos como na África do Sul, é que os negros das sociedades industriais, afinal, só variam dos brancos na cor da pele, mas os seus modelos e interesses acabam por se fundir com os dos brancos.

Esta integração e interdependência é sobretudo visível no caso sul-africano. Assim como a minoria branca só pode ultrapassar o impasse político e económico com a cooperação da maioria negra, assim os negros precisam dos brancos para manter a África do Sul na posição de ser o único país africano ainda não marginalizado pelo resto do mundo. E com o investimento de influência política na luta contra o «apartheid», se os brancos tiverem que vir a ceder, qualquer futuro regime sul-africano, negro ou multi-racial estará moral e economicamente cecado pelas mesmas pressões, no passado tão insistentemente solicitadas. A «interferência externa» tornou-se num facto natural na África do Sul.

Não há, claro, um «estado maior» a planear estratégias conspirativas. Mas o facto é que, mesmo a comunidade portuguesa, exercendo uma vasta gama de serviços e funções, incluindo o de fornecimento de alimentos frescos às populações urbanas, é parte do mosaico de interdependências que, como as peças de um dominó, são todas igualmente necessárias para o jogo. E daí as razões daquele estudo. Duas observações populares de análise que ouvi confirmaram-me que a cultura política não precisa de ser «científica» para ser válida. Uma era a de um pai instando com os filhos para «estudarem e se aplicarem aos deveres da escola porque as universidades estão cheias de negros e quem não tiver cursos não terá futuro na África do Sul». Este exemplo de exortação ao espírito de competitividade, com o «papão» do racismo usado de forma positiva, pareceu-me ser prenúncio de que a África do Sul, numa altura em que a hegemonia branca tem que aceitar os novos desafios da igualdade à escala mundial, está a dar um salto destemido para o futuro. A outra observação, foi dita num tom reflectido por um veterano imigrante ao fim de prolongado silêncio: «a procissão ainda agora vai no adro». Como síntese, é tão ou mais eloquente que muitas das que os cerca de 1.000 jornalistas internacionais, que se esperam vir cobrir as históricas eleições, vão transmitir nas suas reportagens sobre o decorrer do processo.

*Jornalista e historiador

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bitencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask for exchange.

MARKY
OF WES

IMPRESSO